

Mais pressões contra tabelamento

Mais do que o ex-presidente do Banco Central, Elmo Camões, obviamente, sem as chacotas, o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, Fernando Gasparian (PMDB-SP), recebeu estocadas de todos os lados pela sua iniciativa vitoriosa de introduzir na Constituição o tabelamento dos juros reais em 12% ao ano. No rosário de críticas, a mais curta e grossa veio do economista Edmar Bacha, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ): "A única solução sensata para a questão dos 12% parece ser sua eliminação do texto constitucional".

A única voz de apoio à cruzada contra os juros de Gasparian saiu da boca do ex-ministro da Agricultura do governo Figueiredo e membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil, Nestor Jost. E também não houve concessão: "Não há ninguém, neste País, fora do estrito círculo das autoridades monetárias e seus habituais aduladores que, hoje, justifique as astronômicas taxas de juros pagas pelo

Governo, durante o plano verão, ou às taxas reais que alcançaram 30% ao ano em julho e, talvez, alcancem 60% em agosto".

Como presidente da Comissão Técnica da Câmara que organizou o seminário sobre "O Sistema Financeiro Nacional e a Retomada do Crescimento Econômico", Gasparian ficou proibido de dar a réplica aos críticos do tabelamento. Mas, na rara oportunidade que teve, lançou outra ameaça tão terrível quanto o tabelamento de juros, ao observar que o consensual ajuste das finanças do setor público passa pela revisão da dívida interna, que impõe ao tesouro despesa anual "equivalente a 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB)".

Sem dúvida, a simples menção do calote interno tem efeito arrasador. Até a ex-musa do Plano Cruzeiro (congelou o valor nominal da Obrigações do Tesouro Nacional por doze meses), a economista Maria da Conceição Tavares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, se assustou com a hipótese: "Sou rebelde, mas não ingênuo ou radi-

cal. Não virei monetarista. Mas não há saída: a moeda é o instrumento de política econômica mais importante do mundo. Qualquer proposta de calote da dívida interna explode o País".

Além de Conceição Tavares, ao longo dos três dias de debates promovidos pela Câmara dos Deputados, somente o presidente da Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto (Abrasca), Roberto Faldini, tocou na questão do calote interno para alertar: "Uma solução drástica para reduzir ou eliminar a dívida pública tiraria a condição do estado de contrair novas dívidas, o que, portanto, deixa de ser uma solução para o restabelecimento do fluxo de recursos".

Sem maiores polêmicas, o Congresso Nacional deve aprovar a regulamentação do Fundo Segurador de Créditos, Aplicações e Depósitos, sob gestão privada e com adesão voluntária, exceto para os bancos múltiplos. A Constituição estabeleceu que a União não entrará com recursos fiscais para cobrir futuras quebras no mercado financeiro. (A.S.).